

TEMPO DE REVOLUÇÃO

08 DE MARÇO DE 2022

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI)

EDIÇÃO 16

“A guerra é terrível,
terrivelmente lucrativa”

(Lenin)



O que a guerra na Ucrânia revela sobre a política no Brasil

A guerra na Ucrânia continua, já são milhares de mortos e feridos, além dos cerca de 1,5 milhão de refugiados. Como explica a [declaração da Esquerda Marxista](#) lançada em 26/02, a razão fundamental deste conflito está nos problemas econômicos e políticos internos de Rússia e EUA.

A guerra, tanto para Biden quanto para Putin, é útil para tentar criar um sentimento de “unidade nacional” em meio à profunda crise econômica mundial e queda de popularidade de ambos. Utilizam a guerra ainda para fazer girar a indústria armamentista. Quem sofre com este jogo macabro é o povo trabalhador ucraniano, que já vivia uma guerra civil há 8 anos e, sob o governo de Zelensky submisso ao imperialismo, tendo que lidar com cortes de direitos, medidas repressivas e ações de bandos fascistas em conluio com o Estado.

Bolsonaro e a guerra

Na semana anterior à invasão, Bolsonaro foi à Rússia encontrar-se com Putin. Saiu do encontro realizando uma série de elogios ao presidente russo e classificou a relação de Brasil e Rússia como um “casamento perfeito”.

Putin é modelo do que Bolsonaro gostaria de ser, um governante que avança em direção a um regime totalitário. Com a guerra, aliás, Putin tem o pretexto para avançar na repressão contra jovens e trabalhadores russos. Desde o início do conflito, já são mais de 12 mil presos na Rússia por protestarem contra a guerra. Os órgãos de imprensa estão proibidos de caracterizar a ofensiva na Ucrânia de “guerra”, “invasão” e “ataque”. Este regime bonapartista é um dos sonhos de Bolsonaro, mas sua fraqueza política e a disposição de luta das massas no Brasil, fez com que esse sonho estivesse sempre bem longe da realidade.

A visita à Rússia foi uma tentativa de mostrar aos seus seguidores que Bolsonaro não está isolado na arena internacional. No entanto, se isso serve para consolar os seguidores mais fiéis, por outro lado, para as massas em geral, que estão contra a guerra, aparecer como aliado daquele que está realizando a invasão militar, não vai melhorar a acentuada queda de popularidade de Bolsonaro e não vai reverter a derrota eleitoral que se avizinha, ao contrário. Esta relação de Bolsonaro e Putin tem gerado divisões no interior do governo brasileiro. O vice-presidente, Hamilton Mourão, declarou que o “*Brasil não está neutro. O Brasil deixou claro que respeita a soberania da Ucrânia, então Brasil não concorda com uma invasão*”, porém foi logo desautorizado por Bolsonaro: “*Quem fala sobre esse assunto é Jair Bolsonaro, ninguém mais fala. Quem estiver falando está dando uma peruada*”. As declarações públicas de Bolsonaro pregam neutralidade, mas a mídia bolsonarista, por outro lado, mostra com simpatia Putin e sua invasão. Já a diplomacia brasileira, pressionada pelo imperialismo americano, votou a favor da resolução que condena a invasão russa, tanto no Conselho de Segurança quanto na Assembleia Geral da ONU.

A tentativa de Bolsonaro em manter boas relações com a Rússia tem, também, interesses econômicos por trás. Em particular a importação de fertilizantes, cerca de 30% do produto utilizado no país vem da Rússia e Bielorrússia.

O fato é que os efeitos desta guerra, no Brasil e no mundo, vão recair sobre os



trabalhadores. O preço internacional do barril de petróleo subiu acima de US\$ 110, e como o preço dos combustíveis vendidos pela Petrobras tem como parâmetro o preço internacional do petróleo, isso significa um aumento dos combustíveis e uma reação em cadeia com o aumento do custo de transporte de mercadorias que vai recair sobre os consumidores. O fenômeno

global da inflação já visto no ano passado, gerando o arrocho salarial, deve ser potencializado com esta guerra.

A “esquerda” e a guerra

A guerra revela a decadência do capitalismo e, também, a adaptação das organizações do movimento operário. Vale recordar da posição vergonhosa das direções da socialdemocracia, a 2ª Inter-



Vladimir Zelensky e Joe Biden

EXPEDIENTE

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

Diretor de Publicação:
Serge Goulart

Editor: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Bruna dos Reis, Caio Dezorzi, Flávio Reis, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo.

Comitê de Redação: André Mainardi, Flávia Antunes, Francine Hellmann, Henrique de Macedo, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Mateus Tavares

Diagramação: Henrique de Macedo

Capa: Evandro Colzani

Jornalista Responsável:
Rafael Prata
MTB nº 40040/SP



Alan Santos/PR

nacional, quando eclodiu a 1ª Guerra Mundial em 1914, capitulando ao chauvinismo e apoiando suas burguesias nacionais no conflito.

Agora, apesar de 3 deputados da Duma do Partido Comunista da Federação Russa (de um total de 57 deputados eleitos pelo partido) terem se posicionado contra a guerra, o presidente do PC, Gennady Zyuganov, lançou uma declaração em que diz:

“Impelir os provocadores de Kiev à paz e conter a agressividade da OTAN tornou-se o imperativo da época. Somente a desmilitarização e desnazificação da Ucrânia pode garantir segurança duradoura para os povos da Rússia, Ucrânia e de toda a Europa.”

Ou seja, replicando a propaganda de Putin, o presidente do PC Russo, expressando a posição majoritária do partido, apoia a ofensiva militar sobre a Ucrânia. [Posição oposta dos camaradas da CMI na Rússia, que desde o primeiro momento condenaram a aventura de Putin.](#)

No Brasil, temos casos semelhantes entre a dita esquerda. Desde o extremo dos que declaram “todo apoio à Rússia” (como o PCO e organizações de tradição stalinista), até os que fazem críticas sutis a Putin como um governante capitalista, mas embarcam na propagando do governo russo de que a inva-

são foi uma resposta defensiva diante das provocações do imperialismo americano e OTAN. Há também os que exaltam a “resistência ucraniana”, ignorando a ampla presença de grupos paramilitares fascistas, além do apoio e financiamento do imperialismo americano. Alguns ainda, impressionados com a nova guerra, projetam a iminência de uma 3ª Guerra Mundial opondo EUA/OTAN de um lado e Rússia e China do outro, hipótese que a Esquerda Marxista e a CMI descartam diante da oposição popular à guerra,

em particular nos EUA, dos prejuízos econômicos para qualquer um dos lados com uma guerra nessa escala, e o fato de poder se desenvolver rapidamente em um conflito nuclear com o potencial de destruição generalizada da civilização.

Lula, em visita ao México, declarou:

“O mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de amor, o mundo está precisando de compreensão, o mundo está precisando de fraternidade. As pessoas estão querendo apenas viver dignamente e por isso aqui da cidade do México a gente poderia dizer, governantes baixem as armas, sentem na mesa de negociação e encontrem a solução para o problema que levou vocês ao começo de uma guerra.”

Embora a posição contra a guerra esteja correta, Lula defende uma saída “diplomática”, disseminando a ilusão em algum bom senso humanitário por parte dos governantes burgueses. No fundo, é a ilusão que Lula propaga nas instituições burguesas e na conciliação de classes. A política é economia concentrada e a guerra é a continuação da política por outros meios. A burguesia não se move por paz e amor, move-se pelo lucro, por seus interesses econômicos e políticos, e se a guerra vai ao encontro desses interesses, eles fazem a guerra e utilizam o povo, principalmente a juventude, como bucha de canhão.



Já o PSOL, limitou-se a lançar uma nota de poucas linhas, condenando a guerra, recordando a posição programática do partido “pelo fim da OTAN” e defendendo a liberdade para os “pacifistas russos”. Um posicionamento protocolar diante de um conflito que afeta a classe trabalhadora internacional e é a pauta política central no mundo hoje. Demonstra muito da impotência do PSOL em agir na luta de classes.

Uma posição internacionalista e de classe

A posição da Esquerda Marxista e da Corrente Marxista Internacional é que não há lado progressista nesta guerra. Nem EUA e da OTAN com seu discurso hipócrita contra a invasão, nem a Rússia de Putin, nem o governo ucraniano que balança com o avanço das tropas russas em direção a Kiev. Não temos ilusões na ONU e na diplomacia burguesa. Todos estão jogando com a vida da classe trabalhadora na busca por seus próprios interesses econômicos e políticos. Defendemos a paz entre os povos, mas nenhuma paz contra nossos inimigos de classes que propagam a trágica situação que o mundo atravessa, com a crise, desemprego, inflação, pandemia, mudanças climáticas, guerras e refugiados. Só com o fim deste sistema decadente, através da revolução socialista internacional, a Humanidade poderá pôr fim à caminhada em direção à barbárie e construir um futuro de verdadeiro progresso e desenvolvimento.

- Abaixo a guerra! Abaixo os governos reacionários de Putin e Ucrânia!
- Abaixo o imperialismo! Desmantelamento da OTAN!
- Abaixo Bolsonaro! Por um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais!
- Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!
- Viva a luta pela Internacional dos Trabalhadores!
- Viva a revolução socialista internacional para enterrar o regime da propriedade privada dos meios de produção!

8 de março: a luta pela emancipação da mulher é tarefa da classe trabalhadora

| Mulheres pelo Socialismo

Em 1909, ao tratar da questão da participação das mulheres no Partido Socialdemocrata alemão, Clara Zetkin afirmou:

“O movimento das mulheres socialistas na Alemanha é inspirado pelo monumental ditado de Karl Marx: ‘Os filósofos somente interpretaram o mundo de diferentes formas; agora, temos de transformá-lo.’ O esforço por ajudar a transformar o mundo pelo despertar da consciência e a necessidade das mulheres da classe trabalhadoras em unir-se na construção da mais titânica façanha que a história jamais conheceu: a emancipação do trabalho pela própria classe trabalhadora.”

É com esse espírito de luta pela superação da sociedade capitalista que, mais uma vez, as mulheres trabalhadoras saem às ruas no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora em todo o mundo. Depois da tragédia causada pela pandemia, sair às ruas tornou-se um ato de libertação para muitas mulheres trabalhadoras, que diante do agravamento da barbárie capitalista sofreram com a perda do emprego ou a piora das condições de trabalho nos setores em que mais estamos presentes – como saúde, educação e serviços, – com a do-

ença ou perda de familiares e com o aumento da violência doméstica.

Nesse 8 de março temos que levantar a bandeira da classe trabalhadora, reforçando a importância da luta pela nossa organização independente e por uma [Plataforma de Luta](#) que apresente demandas transitórias fundamentais para as mulheres trabalhadoras como a educação pública e gratuita para todas as crianças, o salário igual para trabalho igual, o direito ao aborto público e gratuito e a necessidade da luta pela construção do socialismo, única saída para nossa real emancipação.

O sistema capitalista está em colapso. A pandemia e sua gestão criminoso e as guerras espalhadas em todo o mundo – sendo a invasão à Ucrânia mais uma manifestação desastrosa da

guerra entre as burguesias nacionais e do papel do imperialismo norte-americano –, trazem mais miséria à classe trabalhadora. A violência contra a mulher aumenta e os governos reacionários de plantão, como no caso do Brasil, banalizam a morte ao mesmo tempo em que afirmam serem “defensores da vida”.

Porém, o capitalismo não irá morrer sozinho. O único sujeito histórico capaz de realizar essa tarefa é a classe trabalhadora: mulheres e homens organizados e em luta para derrubar a sociedade

de classes que nos divide e nos oprime. Nossa tarefa, como afirmou Clara Zetkin, é lutar pela mais titânica façanha que a história jamais conheceu: a emancipação do trabalho, que será a porta de entrada e instrumento para a derrota do capitalismo e para nossa emancipação como classe.

Nesse 2022, é preciso retomar as lições da história e compreender que nossa posição de classe deve ser o voto nos candidatos de partidos que reivindicam a classe trabalhadora para derrotar Bolsonaro ou qualquer candidato dos parti-

dos da burguesia, realizando toda a crítica à política de conciliação de classes antes, durante e depois das eleições. Não nos interessa uma suposta representatividade pois quem nos representam são as candidatas e candidatos que reivindicam o socialismo e a luta de classes, que compreendem os limites da democracia burguesa e suas eleições, que defendem os interesses dos explorados e que lutarão ao nosso lado pela derrubada desse sistema e não pela sua manutenção ou reforma.

• **Aborto legal, público e gratuito para todos! Fim da violência contra a mulher!**

• **Abaixo Bolsonaro! Por um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais!**

• **Contra a guerra! Abaixo os governos reacionários de Putin e Ucrânia! Abaixo o imperialismo, pelo desmantelamento da Otan!**

• **Unidade da classe trabalhadora! Abaixo o capitalismo! Pela revolução socialista!**





No dia 21 de fevereiro, a Corte Constitucional da Colômbia proferiu a sentença que permite que mulheres colombianas possam decidir sobre a interrupção da gravidez por qualquer motivo, sem serem punidas, até o sexto mês de gestação. Essa foi uma importante vitória para as mulheres da classe trabalhadora e um avanço na luta pela legalização do aborto na América Latina.

Com a aprovação da sentença, o aborto até a 24ª semana de gestação foi retirado da lista de delitos do Código Penal colombiano. Antes disso, o Código previa pena de até 4,5 anos de detenção para quem realizasse o aborto clandestino. Só no ano de 2008, segundo os dados levantados pelo movimento Causa Justa da Colômbia, foram registrados 400 abortos clandestinos no país, com quase 1/3 desses casos terminados em sentenças punitivas contra adolescentes entre 14 e 17 anos.

O Código Penal considerava o aborto legal em três casos apenas: estupro ou incesto, malformação fetal que inviabilizasse a vida, ou quando a continuação da gravidez constituísse um perigo à saúde e vida da mulher. E, mesmo nesses casos, as mulheres continuavam sendo punidas.

Só em 2020, pelo menos 4.268 meninas entre 10 e 14 anos tornaram-se mães na Colômbia. Ou seja, os casos decorrentes de estupros, e que, portanto, deveriam se enquadrar em casos previstos por lei de aborto legal, na prática, continuavam sendo naturalizados, colocando em risco a saúde e integridade de milhares de crianças.

Agora, a Colômbia se torna o sexto país da América Latina a flexibilizar o acesso à

Descriminalização do Aborto na Colômbia: uma vitória das mulheres trabalhadoras

Jacqueline Takara

interrupção da gravidez junto a Argentina, Cuba, Guiana, México e Uruguai. No caso brasileiro, o aborto continua sendo legal apenas em casos específicos, o que leva à vulnerabilidade de mulheres mais pobres, que não conseguem pagar por procedimentos seguros e ainda correm o risco de serem presas.

A mobilização legal na Colômbia foi liderada pelo Movimento Causa Justa, que, em seu site, afirma buscar pela “liberdade e autonomia reprodutiva de todas as mulheres sobre seus corpos e seus projetos de vida”. O Movimento é promovido pela “Mesa pela Vida e Saúde da Mulher, outras organizações de mulheres, feministas e de direitos humanos” além de “diferentes atores, incluindo ativistas, prestadores de serviços de saúde, lideranças acadêmicas e centros de pesquisa em todo o país”, afirmando reconhecer “a necessidade urgente de eliminar o crime de aborto do Código Penal como um avanço para os direitos das mulheres e uma mudança favorável para a sociedade e democracia”.

O Movimento Causa Justa, apesar de ter ser reconhecido como liderança na luta das mulheres para a eliminação do crime de aborto do Có-

digo Penal, é composto por mais de 90 organizações que encontram limitações na luta contra descriminalização e a raiz dos problemas que levam mulheres pobres a terem dificuldades no acesso ao atendimento ao aborto.

A luta para que o aborto não seja considerado um crime é legítima e diz respeito a necessidade de toda a classe trabalhadora

A luta para que o aborto não seja considerado um crime é legítima e diz respeito a necessidade de toda a classe trabalhadora, uma vez que a criação de uma criança não deve ser responsabilidade única da mulher, mas do Estado. Além disso, a descriminalização e legalização do aborto é uma bandeira necessária que permite tratar o aborto como uma questão de saúde pública, e não como uma questão moral, religiosa ou criminal.

Ao mesmo tempo, o avanço na luta pela emancipação das mulheres trabalhadoras, que são as que mais sofrem com os abortos clandestinos e com as punições pelo aborto, depende de uma mudança estrutural da sociedade capitalista.

As leis que avançam no caminho da legalização do aborto em todo mundo devem ser vistas como uma conquista do movimento das trabalhadoras, mas a democracia burguesa não permite a aplicabilidade da lei às mais pobres, não oferecendo recursos e serviços necessários para que o aborto seja realizado de forma segura e gratuita.

A luta para o avanço das leis que beneficiem as mulheres deve vir acompanhada da luta por sua completa independência, o que inclui o direito à educação pública e gratuita, pleno emprego e direitos iguais aos dos homens, direito à qualificação, à saúde pública e gratuita, direito ao aborto legal, público e gratuito, direito à creche para as crianças e aos serviços públicos que possam substituir as tarefas domésticas e degradantes do lar. É preciso que o Estado garanta as condições para que as mulheres sejam independentes economicamente e proteja jovens e

crianças da prostituição e da exploração sexual. Essa é a verdadeira luta pela liberdade da mulher e que envolve o direito ao seu próprio corpo.

Sem as condições materiais necessárias para a libertação da mulher, em um contexto de crise econômica e dados alarmantes sobre o desemprego, os direitos ao próprio corpo e sua liberdade só se aplicam às mulheres com melhores condições financeiras.

Para que essas conquistas sejam garantidas por todas, é preciso que haja mobilização do conjunto da classe trabalhadora em oposição aos governos capitalistas e ao Estado burguês. Somente essa unidade poderá apontar um caminho de emancipação da mulher e levar à derrota o reacionarismo religioso e a moral burguesa.



Eleições sindicais em Joinville e o papel dos comunistas nos sindicatos

| Fracine Hellmann

Nos dias 17 e 18 de março acontecem as eleições do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville, Garuva e Itapoá (Sinsej). Aos camaradas e apoiadores mais recentes da Esquerda Marxista, é importante resgatar a história da nossa intervenção nesta entidade. Aos mais antigos, convidamos à reflexão sobre qual o principal objetivo dos comunistas ao intervir nos sindicatos.

Memória

Entre 1994 e 2010, a direita dominou a direção do Sinsej. Não havia assembleias, a entidade era um comitê de homologação das decisões dos governos e a marca do sindicato era o assistencialismo.

Nossa história de intervenção na categoria começou em 2005, a exemplo da militância que desempenhamos entre os trabalhadores estaduais em educação. Lançamos um grupo chamado Movimentação, editamos um jornal e nos tornamos referência na luta contra a reformulação do Plano de Carreira e do Estatuto dos Servidores.

Concorremos à eleição pela primeira vez em 2007 e, em 2010, fomos eleitos. Assim, a EM tornou-se majoritária na direção do Sinsej durante três gestões, entre 2010 e 2019.

Durante nossa gestão, lutamos pela construção de um sindicato verdadeiramente democrático – no sentido operário do termo. Impulsionamos a reformulação do Estatuto do Sinsej, fizemos das assembleias massivas uma rotina, organizamos o Conselho de Representantes, instituímos o Congresso, fortalecemos a imprensa sindical e eliminamos o assistencialismo. Além disso, nossa luta para tornar o Sinsej dependente financeiramente apenas dos trabalhadores voluntariamente sindicalizados



foi o que permitiu que a entidade sobrevivesse ao fim do Imposto Sindical em 2019.

Neste período, ajudamos a organizar grandes greves e mobilizações. Estendemos a base do sindicato para Garuva e Itapoá. Realizamos manifestações com milhares de trabalhadores contra a Reforma da Previdência, contra a Reforma Trabalhista, pelo Fora Temer, entre outros debates nacionais.

Quando perdemos a última eleição da entidade, em 2019, por seis votos, realizamos um debate profundo entre nossos militantes e apoiadores. Avaliamos que houve, sim, erros. Porque ter uma política acertada não é um seguro total contra falhas; é um norte, que precisa ser aplicado diariamente, de maneira dialética, por homens e mulheres que combatem ao nos-



so lado em diferentes estágios de compreensão política.

Nos últimos três anos, nos organizamos no Sinsej sob a bandeira da Corrente Sindical Esquerda Marxista. Intervimos em todas as lutas da categoria e denunciávamos a traição da direção, que destruiu o Conselho de Representantes e as assembleias, promoveu a desunião e a criminoso crença na Justiça burguesa, cortou microfones e entregou de bandeja ao governo a reforma do instituto de previdência dos servidores.

A fim de todos esses anos, nossa intervenção no Sinsej deve nos fazer compreender mais profundamente – e explicar aos trabalhadores – as seguintes linhas de Marx, que estão no livro “Salário, Preço e Lucro”:

“[...] a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final dessas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não o fazer mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe,

engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: ‘Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado!’”

Essa citação está na abertura de um texto que todos os militantes deveriam conhecer – Uma nota sobre o trabalho dos comunistas no sindicato. Um texto que resume um extenso debate que travamos na organização sobre a luta por liberdade e independência sindical e que contou com a realização de um Seminário Nacional, em 2017, no Sinsej.

Em síntese, as linhas que citamos acima indicam nossa verdadeira tarefa. Muito além de bons sindicalistas, que ajudam os trabalhadores a vender melhor sua força de trabalho, devemos nos entender como comunistas, que buscam fazer dos sindicatos alavancas para a emancipação final da classe trabalhadora.

Retomar a
Luta
pela
Base

Nesse sentido, nossa maior tarefa é ganhar mais e mais trabalhadores para o entendimento de que a única maneira de acabar definitivamente com a exploração sofrida por eles é a abolição do capitalismo e a construção do socialismo. Ao propagandear essa ideia é que conquistamos os elementos mais avançados para a construção da EM e de um partido revolucionário internacional.

Eleições 2022 e nossas tarefas

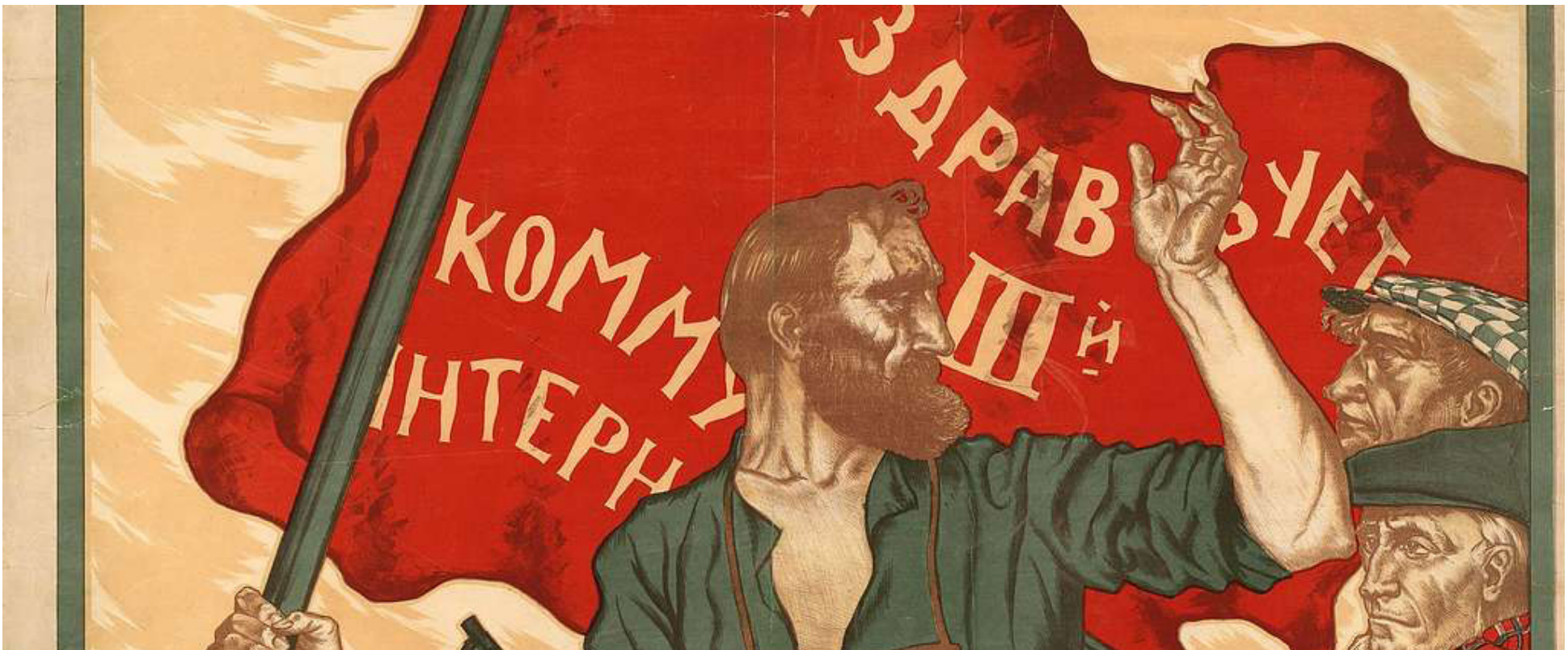
Neste ano decidimos concorrer novamente à direção da entidade. Nossa chapa conta com militantes da EM e com diversos contatos, que aceitaram participar conosco desse processo sob a base de um programa político comum.

Não temos a ilusão de que essa disputa está no campo da democracia operária. Afinal, o desmonte das estruturas do sindicato e a traição das direções em todo o país no último período resultam, inclusive, em desfilições e no descrédito dos instrumentos dos trabalhadores em si.

Mas, independentemente do resultado das eleições, nosso objetivo central é a construção de um corpo de trabalhadores conscientes, com força para ganhar assembleias e impor a democracia sindical. Nas palavras de Pierre Broué, em “Revolución en Alemania”:

“[Este] círculo dirigente dos delegados revolucionários conseguirá em várias ocasiões expressar a vontade de resistência dos trabalhadores [...], concretizar em ações suas reivindicações e sua vontade de luta”.

Conquistar o sucesso nesta empreitada significa, do ponto de vista dos revolucionários, a maior das vitórias. Ganhar a direção dos aparatos em si é a consequência da força da nossa política entre a classe.



A atualidade do bolchevismo e da Internacional Comunista na época da guerra na Ucrânia

Com este artigo iniciamos uma série sobre os bolcheviques e de como trataram a questão nacional até o 4º Congresso da Internacional Comunista.

| Serge Goulart

A guerra reacionária, em todos seus aspectos, na Ucrânia recolocou velhas questões e ressaltou outras. Uma é a questão nacional e outra sem dúvida é a atualidade da luta pela construção de uma verdadeira Internacional revolucionária sobre a base do marxismo. Examinando a história do movimento operário internacional, os revolucionários têm um mundo a aprender com os bolcheviques, seu método, sua tática e sua política revolucionária e internacionalista.

O Partido Bolchevique e a 3ª Internacional até seu 4º Congresso sempre trataram a questão nacional e o direito à autodeterminação dos povos de maneira extremamente cuidadosa. Mas, este



problema, mesmo entre os socialistas, não esteve sempre resolvido. Stalin, à medida que assume o controle do Partido Bolchevique e da URSS, expõe todo seu chauvinismo "Grão-russo". E não terá o menor escrúpulo em tra-

tar todos os outros povos, e mesmo os outros Estados da URSS, como subalternos e indignos de direitos iguais.

Putin, com sua ideologia reacionária, afirma que a Ucrânia é uma nação artificial lavrada no corpo da Rússia por Lenin e os bolcheviques: *"A Ucrânia moderna foi completamente criada pela Rússia, ou para ser mais exato, pela Rússia comunista bolchevique. Lenin e seus apoiadores fizeram isso de maneira grosseira, alienando os territórios históricos da Rússia. Milhões de pessoas que vivem lá não foram consultadas"*. Putin mente, como sempre, e falsifica a história para justificar seus objetivos.

O que Putin considera "a Rússia" era a Rússia Im-

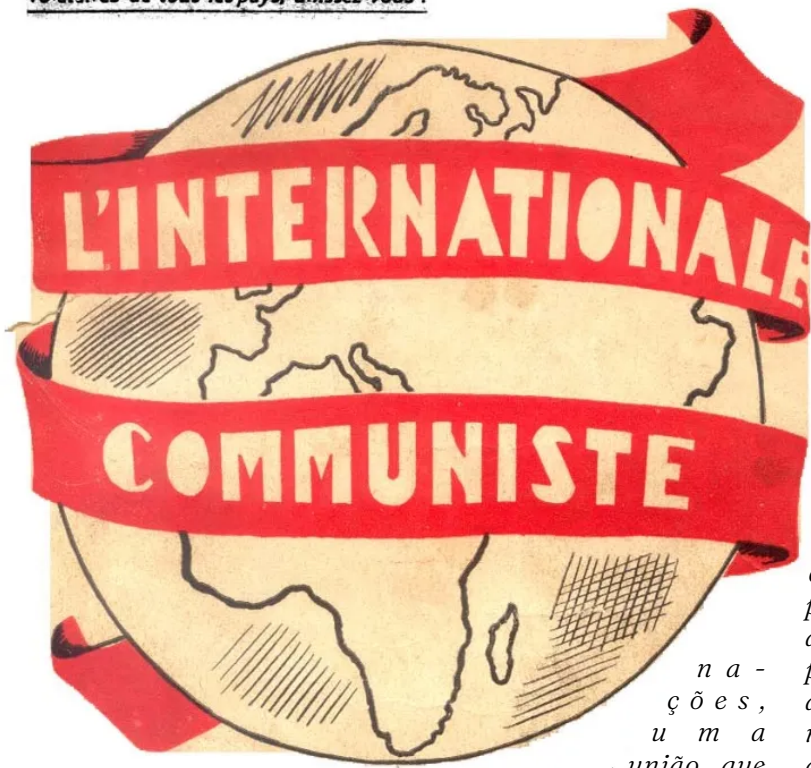
O que Putin considera "a Rússia" era a Rússia Imperial, dos czares, de antes de 1917, corretamente caracterizada por Lenin como "A prisão dos povos"

perial, dos czares, de antes de 1917, corretamente caracterizada por Lenin como "A prisão dos povos". Um vasto império dominado por uma aristocracia profundamente reacionária, os czares, sua família e

sua corte, que combatiam toda e qualquer ideia de liberdade, de igualdade e de democracia. A revolução francesa e seu rei decapitado assombravam os czares que enchiam as prisões e a Sibéria de democratas, de revolucionários e de opositores ao czarismo em geral. Nesta "prisão dos povos" estavam todos os povos dominados pela "Grande Rússia" da monarquia absolutista sanguinária.

No seu auge, o Império Russo incluía, a própria Rússia atual, mas também a Lituânia, Letônia, Estônia, a Finlândia, o Cáucaso, a Ucrânia, a Bielorrússia, uma grande parte da Polônia, também a Moldávia e quase toda a Ásia Central, que é composta pelo Cazaquistão, Quirguistão,

Proletaires de tous les pays, unissez-vous!



Tajiquistão, Turquemenistão, Uzbequistão e Afeganistão. O Império Russo se estendia por três continentes, Europa, Ásia e até a América, com o território do Alasca, que foi, em 1867, vendido aos Estados Unidos.

A Ucrânia tem uma larga história. É uma região habitada há cerca de 34 mil anos. No século 18 começa a se fragmentar e com a devastação da invasão mongol entra em colapso sendo dividida e governada pela “República das duas nações”, Polônia e Lituana (que incluía a Bielorrússia e Letônia, grande parte da Ucrânia e da Estônia, além dos óblasts - regiões ou enclaves - russos de Smolensk e Kaliningrado), depois, pelo império Austro-húngaro, pelo Império Otomano e só depois pela Rússia dos czares. Existiu ali, ainda, um Estado cossaco durante os séculos 17 e 18, mas seu território acabou dividido entre a Polônia e o Império Russo.

Putin considera a Ucrânia uma “criação de Lenin” porque Lenin dirigiu a revolução que libertou todos os povos dominados e oprimidos na “prisão dos povos”, que era o império russo. Lenin, em carta aos operários e camponeses ucranianos, em 1919, explicou o que pensava e agiu conforme seus princípios socialistas: “Nós queremos uma união voluntária das

nação sobre outra, uma união baseada numa confiança absoluta, numa clara consciência da unidade fraternal, num acordo completamente livre. Não é possível realizar uma tal união de repente; até chegar a ela é necessário trabalhar com a maior tolerância e prudência para não estragar tudo, para não provocar a desconfiança, para fazer desaparecer a desconfiança deixada por séculos de opressão dos latifundiários e dos capitalistas, da propriedade privada e das hostilidades causadas pelas suas sucessivas partilhas”.

Christian Rakovsky, que foi presidente do soviete da Ucrânia, em 1918, e principal líder da República Soviética da Ucrânia até 1923, afirma num Congresso do Partido Bolchevique que: “É preciso dizer aberta e honestamente, em um congresso do partido: a questão nacional é uma daquelas questões que nos prometem uma guerra civil se não mostramos a sensi-



bilidade e a compreensão necessárias em nossa atitude em relação a ela”.

E continua: “Também digo que quando temos essas massas [os sessenta milhões de não-russos espalhados pelo que fora o Império Russo, nota SG] diante de nós, qual é a questão enfrentada pelo partido?

Ele é confrontado com a questão de como realizar a aliança entre nosso internacionalismo proletário e comunista e o desenvolvimento nacional de amplas camadas das massas camponesas com suas aspirações a uma vida nacional, a sua própria cultura nacional, ao seu próprio estado nacional. É essencialmente para através do desenvolvimento nacional das repúblicas e territórios separados, autônomos e independentes, é essencialmente através dessas novas repúblicas que levaremos ao poder soviético e ao Partido Comunista os sessenta milhões de camponeses não russos que agora se sentem alienados. Esta é precisamente a tarefa do partido.

Arrisco-me a dizer que o preconceito comunista que existe entre tantos comunistas não é exclusivo nosso e existiu com muitos socialistas. Posso lembrá-lo de uma passagem da correspondência de Marx com Engels, uma passagem muito característica que Vladimir Ilyich também usou em seus artigos antigos. Eu vou ler para vocês.

Discutindo a Guerra Austro-Hon Grey em uma carta a Engels, de 20 de abril de 1866, Marx escreveu: ‘Ontem, se realizou uma reunião do Conselho Internacional sobre a guerra atual ... Como esperado, chegamos à questão das ‘nacionalidades’ e nossa atitude em relação a elas ... Os representantes da ‘Jeune France’ (não-trabalhadores) asseguraram que todas as nacionalidades e até as nações eram ‘preconceitos antiquados’ ... Os ingleses riram muito quando comecei meu discurso dizendo que nosso amigo Lafargue e outros, que acabaram com as nacionalidades, falou-nos em francês, isto é, em uma linguagem que é incompreensível para nove décimos

dos presentes na reunião. Eu sugeri também que, ao negar nacionalidades, ele parecia, quase inconscientemente, compreender sua absorção pelo modelo de nação francesa.

Putin considera a Ucrânia uma “criação de Lenin” porque Lenin dirigiu a revolução que libertou todos os povos dominados e oprimidos

Eu pergunto a vocês, camaradas comunistas russos, quantas vezes vocês experimentaram sentimentos semelhantes em suas relações com outras nações?

Eu tenho ouvido de camaradas que a língua ucraniana foi uma invenção dos galegos. No final das contas isso não é um sentimento de grande chauvinismo de uma nação onde se dissemina em todo o povo russo, que nunca conheceu a opressão nacional, mas, pelo contrário, oprimiu outros durante séculos?

É lamentável que eu não veja na lista dos inscritos os camaradas [Rakovsky se referia sem dúvida a Stalin, que estava no plenário, mas que não teve a coragem de defender publicamente sua posição sobre a Ucrânia, nota SG] que, no plenário, sobre a questão nacional, expressaram essas mesmas opiniões que Lafargue sustentou há sessenta anos” (Discussão sobre a questão nacional no Partido Bolchevique, em 1923, relativa ao tratamento opressor “Grão-russo” aplicado por Stalin na Ucrânia).

Stalin, anos depois, provocaria o massacre de cerca de 3 milhões de camponeses ucranianos através do terror e da coletivização forçada, criando as condições para o ressurgimento do nacionalismo ucraniano que gerou os bandos nazistas e fascistas, como de Stepan Bandera na 2ª Guerra Mundial, e que hoje se aninham no governo e forças armadas ucranianas. Putin tem de onde aprender, seus mestres são os czares e a burocracia contrarrevolucionária de Stalin, que reviveu a “prisão dos povos” a sua maneira.



Capa da revista da Internacional Comunista. 1920, edição n. 9